



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUIZ SUBSTITUTO DE CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)

Direito Empresarial

ENUNCIADO DA QUESTÃO 15

No curso do processo de recuperação judicial, antes da aprovação do plano de recuperação, o devedor aduz ser de extrema relevância a alienação de uma de suas sociedades controladas para que possa manter seu fluxo de caixa e fazer frente às suas obrigações.

Avalie a possibilidade de adoção dessa medida. Em caso positivo, indique qual será sua forma.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

GABARITO DA QUESTÃO 15

A pergunta chave da questão é a alienação de bens no curso do processo de recuperação judicial, após a decisão de processamento e antes da aprovação do plano de recuperação judicial.

A questão demonstra que a necessidade de alienação de um bem da sociedade recuperando se materializa após a distribuição do pedido de recuperação judicial e antes da aprovação do plano de recuperação judicial. Tais bens são ações de uma sociedade controlada. Nessa fase do processo, em regra, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente. A exceção se materializa quando se torna extremamente necessária a medida, o que está caracterizado com a necessidade de manutenção do seu fluxo de caixa. Tal “evidente utilidade” deve ser reconhecida pelo Juízo da recuperação, depois de ouvido o Comitê de Credores. O fundamento legal é o art. 66 da Lei 11.101/05. Na ausência de Comitê de Credores, o art. 28 da Lei 11.101/05 prevê que caberá ao administrador judicial ou, na incompatibilidade deste, ao juiz exercer suas atribuições. Em regra, a forma de alienação deve ser a prevista no art. 142 da Lei 11.101/05, salvo previsão contrária na proposta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JUIZ SUBSTITUTO DE CARREIRA

CONCURSO PÚBLICO – TJ-AM

PADRÃO DE RESPOSTA DA PROVA ESCRITA DISCURSIVA (P2)

Direito Empresarial

ENUNCIADO DA QUESTÃO 16

A Cia. de Motores Avançados realiza trespasse de um dos seus estabelecimentos para a Oficina Mecânica LF Ltda., sendo certo que o passivo da primeira é extremamente elevado. Passados 3 (três) anos da operação, um credor fiscal ingressa com execução fiscal, fundada em fato gerador anterior ao contrato celebrado, em face da Oficina Mecânica LF Ltda., a qual suscita ilegitimidade passiva.

A partir do caso apresentado, indique a decisão a ser proferida.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

GABARITO DA QUESTÃO 16

A pergunta chave da questão é a sucessão do passivo fiscal quando do trespasse de estabelecimento empresarial.

O candidato deve enfrentar os efeitos do contrato de trespasse (alienação de estabelecimento empresarial) em relação à sucessão do passivo fiscal do alienante. O art. 133 do CTN dispõe que: “a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.” A hipótese prevista no inciso I do art. 133 do CTN deve ser analisada com cautela, verificando-se a eventual ocorrência de fraude quando da cessação da exploração da atividade empresarial.